

RASSEGNA LEGALE

PUBBLICAZIONE DO COMITÊ JURÍDICO ITALCAM

JAN | FEV | MAR

2023



EDITORIAL

ARTIGOS DESTA EDIÇÃO

AS VANTAGENS DE SER UM INVESTIDOR-ANJO

TRIBUTAÇÃO E INVESTIMENTO NO BRASIL

POR UM MERCADO DE CARBONO NO BRASIL

NOVA MODALIDADE DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

CESSÃO DE VEÍCULO AO EMPREGADO

A NOVA REGULAMENTAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA

SUSTENTABILIDADE: O BRASIL NO MUNDO





VICENTE BAGNOLI
Presidente do CoJur

EDITORIAL

Iniciamos mais um ano, ou melhor, mais quatro anos sob um novo, ou antigo, governo.

Por um lado, as expectativas da mudança são positivas. Temas ambientais voltam a ser prioridade e podem contribuir positivamente com as questões econômicas, reativando, e quiçá implementando, o Acordo Mercosul-União Europeia. Uma

nova inserção do Brasil no contexto global, reaproximando o País de economias com as quais temos intensos laços comerciais, como o Estados Unidos e a Argentina.

Por outro lado, fantasmas do passado voltam a trazer preocupações para um saudável ambiente de negócios que atraia investimentos e promova o desenvolvimento socioeconômico. Críticas severas à independência do Banco Central, iniciativas do Executivo para reduzir, ou completamente acabar, com a autonomia e independência das agências reguladoras (vide a Medida Provisória nº 1.154 e sua Emenda nº 54, que retira das agências a autonomia para regular e editar atos normativos, transferindo a regulação dos setores a "conselhos" subordinados a ministérios), além de esfriar – ou tirar da pauta – o ingresso do Brasil na OCDE, que exige dos seus membros o respeito às boas práticas em políticas públicas.

Nesses pouquíssimos, mas intensos, meses de 2023, já se pode perceber que em todos os aspectos – político, social, jurídico e econômico – este novo ciclo exigirá de todos os atores o seu respectivo protagonismo, e engajado em sua missão – dentro das suas limitações naturais – o CoJur pretende contribuir, a partir de discussões jurídicas em alto nível, com o fortalecimento de uma ordem econômica pujante que promova o desenvolvimento e a justiça social condizentes com a dignidade dos brasileiros. Nesta edição do Rassegna Legale, como de costume oferecemos aos leitores a informação e reflexão de temas jurídicos relevantes, em especial ao universo das empresas, trazidas por advogados de renomados escritórios.

Por fim, gostaria de deixar os meus sinceros agradecimentos aos escritórios apoiadores do Rassegna Legale, que viabilizaram a nossa publicação na Affari em quatro edições consecutivas. Bom ano, bons desafios e boa leitura!

Vicente Bagnoli
Presidente do CoJur

È iniziato un altro anno, o meglio, altri quattro anni sotto un nuovo - o vecchio, a seconda dei punti di vista - governo.

Da un lato, le aspettative di cambiamento sono positive.

Le questioni ambientali sono di nuovo una priorità e possono contribuire positivamente al recupero dell'economia, riattivando le negoziazioni e forse la firma dell'accordo Mercosur-Unione Europea. Un nuovo inserimento del Brasile nel contesto globale, che avvicina il paese a economie con cui abbiamo intensi legami commerciali, come ad esempio gli Stati Uniti e l'Argentina. D'altro canto, i fantasmi del passato riportano in auge le preoccupazioni per un ambiente imprenditoriale sano che sia capace di attrarre investimenti e promuovere lo sviluppo socioeconomico. Si registrano gravi critiche all'indipendenza della Banca Centrale, e iniziative dell'Esecutivo volte a ridurre, o a porre fine del tutto, all'autonomia e all'indipendenza delle agenzie di regolamentazione (si veda la Misura Provvisoria n. 1.154 e il suo Emendamento n. 54, che toglie alle agenzie l'autonomia di regolamentare ed emanare atti normativi, trasferendo la competenza dei settori a "consigli" subordinati ai ministeri), oltre al raffreddamento - se non alla rimozione dall'agenda - dell'ingresso del Brasile nell'OCSE, che richiede ai suoi membri il rispetto delle buone pratiche nelle politiche pubbliche.

In questi pochissimi, ma intensi, mesi del 2023, si può già vedere che sotto tutti gli aspetti - politico, sociale, giuridico ed economico - questo nuovo ciclo richiederà a tutti gli attori di svolgere i rispettivi ruoli, e impegnato nella sua missione - nei suoi limiti naturali - il CoJur intende contribuire, attraverso discussioni giuridiche di alto livello, al rafforzamento di un ordine economico fiorente che promuova lo sviluppo e la giustizia sociale coerente con la dignità dei brasiliani.

In questo numero di Rassegna Legale, come di consueto, offriamo ai nostri lettori informazioni e riflessioni su questioni giuridiche rilevanti, soprattutto nel mondo delle imprese, portate all'attenzione da avvocati di rinomati studi legali.

Infine, desidero esprimere un sincero ringraziamento agli studi legali sostenitori di Rassegna Legale, che hanno reso possibile la nostra pubblicazione su Affari per quattro edizioni consecutive.

Buon anno, buone sfide e buona lettura!

Vicente Bagnoli
Presidente di CoJur

APOIO



...
Ariboni,
Fabbri &
Schmidt

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

KL
A

Chiarottino
& Nicoletti

ADVOGADOS

Italian Desk

MGA
ADVOGADOS

MORATA
GALAFASSI
NAKAHARADA
SERPA

SOUZA DANTAS

ADVOCACIA



CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

LEVY
PICCHETTO

advogados

TESS.
ADVOGADOS

Stüssi-Neves
Advogados

STU
DIO L O R E N Z E T T I M A R Q U E S

AS VANTAGENS DE SER UM INVESTIDOR-ANJO

Como uma prática da Itália renascentista atravessou séculos e se tornou um importante mecanismo da economia brasileira

O que os escritos de Virgílio, os afrescos de Michelangelo e as criações de Leonardo da Vinci têm em comum? Todos foram financiados por mecenas, que investiam seu patrimônio na produção artística, em troca de prestígio e reconhecimento na sociedade.

A prática do mecenato, amplamente difundida na Itália renascentista, chegou até o século XIX, nos Estados Unidos, quando investidores, de modo informal, começaram a financiar os espetáculos da conhecida Broadway. Daí surgiu o termo 'investidor-anjo'.

Atualmente, os investidores-anjo passaram a ser definidos como qualquer indivíduo que queira aportar determinada quantia em uma empresa, geralmente em Startups, com o intuito de angariar um retorno financeiro, sem, contudo, participar de sua organização societária.

Para ser um investidor anjo no Brasil, é preciso observar os artigos 61-A e seguintes da Lei do Simples (Lei Complementar nº 123/2006), que criou um modelo brasileiro, voltado para microempresas e empresas de pequeno porte, mediante um Contrato de Participação, com requisitos específicos, como a vigência máxima de 7 anos. O investidor-anjo também não responderá por dívidas da empresa, valendo-se de uma isenção de responsabilidade. Os incentivos da lei brasileira promovem o empreendedorismo do país que, em 2019, recebeu 72 bilhões de dólares de investimento estrangeiro, superando países desenvolvidos, segundo pesquisa da ONU e, assim, o que foi um símbolo da efervescência cultural italiana se tornou um importante mecanismo da economia brasileira.



ISABELLA CAIRO

isabella.cairo@soutocorrea.com.br



MARCELA BEATRIZ DE OLIVEIRA

marcela.oliveira@soutocorrea.com.br

I VANTAGGI DI ESSERE UN'ANGEL-INVESTOR

Come una pratica dell'Italia rinascimentale attraversò i secoli e divenne un'importante meccanismo dell'economia brasiliana

Cosa hanno in comune gli scritti di Virgilio, gli affreschi di Michelangelo e le creazioni di Leonardo da Vinci? Erano tutti finanziati da mecenate, che investivano le loro ricchezze nella produzione artistica in cambio di prestigio e riconoscimento nella società.

La pratica del mecenatismo, diffusa nell'Italia rinascimentale, arrivò nel XIX secolo negli Stati Uniti, quando gli investitori iniziarono a finanziare informalmente gli spettacoli di Broadway. Da qui il termine "angel investor".

Oggi si definiscono angel investor tutte quelle persone che desiderano investire una certa somma di denaro in un'azienda, generalmente in startup, con l'obiettivo di ottenere un ritorno finanziario, ma senza partecipare all'organizzazione dell'impresa.

Per diventare un angel investor in Brasile, è necessario rispettare gli articoli 61-A e seguenti della Legge Complementare n. 123 del 14 aprile 2006 (in portoghese, "Lei do Simples"), che ha creato un modello di angel investment brasiliano, rivolto alle micro e piccole imprese, sempre attraverso un Accordo di partecipazione, con requisiti specifici, come una durata massima di 7 anni. Inoltre, l'angel investor non sarà responsabile di alcun debito della società, avvalendosi di un'esenzione di responsabilità.

Gli incentivi della legge brasiliana promuovono l'imprenditorialità nel paese che, nel 2019, ha ricevuto 72 miliardi di dollari da investimenti esteri, superando i paesi sviluppati, secondo ricerca delle Nazioni Unite. E, così, ciò che è stato un simbolo della effervescenza culturale italiana diventò un importante meccanismo dell'economia brasiliana.



SILVANIA TOGNETTI – SILVANIA.

tognetti@tognetti.com.br

TRIBUTAÇÃO E INVESTIMENTO NO BRASIL

Reforma Tributária, tributação de dividendos e o Impacto nos investimentos de não residentes

Se cumprida a promessa do novo presidente de reforma do Imposto de Renda trazendo a tributação dos lucros e dividendos distribuídos pelas empresas brasileiras, haverá impacto nas estruturas de investimentos no Brasil feitas por não residentes.

Em muitos países há tributação tanto da pessoa jurídica quanto da pessoa física. No Brasil, a pessoa jurídica tem uma tributação mais alta de modo que o sócio/empresário suporta o custo tributário antes mesmo de distribuir resultados.

Pessoas físicas e jurídicas residentes no exterior transferem para uma empresa brasileira atividades que poderiam exercer diretamente de seus países. Assim, são criadas empresas prestadoras de serviços, empresas imobiliárias e holdings no Brasil, quando os serviços poderiam ser prestados, os imóveis geridos e o grupo empresarial administrado a partir de outras jurisdições. Com a tributação dos dividendos, essas estruturas precisarão ser revistas.

Com a criação de empresa no Brasil, é possível deduzir despesas na base do imposto de renda que não são autorizadas para os não residentes. Com a remessa dos dividendos para o exterior sem tributação, o custo tributário da atividade pode ser menor do que quando realizada diretamente do exterior.

O tema é sensível para a avaliação da taxa de retorno dos investimentos feitos no Brasil. Todos os investidores estrangeiros deveriam acompanhar este debate e falar com seus assessores tributários para confirmar ou modificar estratégias de investimento no país.

TASSAZIONE E INVESTIMENTI IN BRASILE

Riforma Fiscale, Tassazione dei dividendi e l'Impatto negli investimenti delle persone non residenti

Se svolga la promessa del nuovo presidente della riforma tributaria potrebbe incrementare la tassazione sui profitti distribuiti nelle aziende brasiliane, succedendo un impatto nelle strutture degli investimenti in Brasile realizzata da non residenti.

In tantissimi altri paesi esistono la tassazione della persona fisica e della giuridica. In Brasile, la persona giuridica ha una tassazione più elevata in modo che i soci supportano i costi tributari prima della distribuzione dei rendimenti.

Gli investitori residenti all'estero trasferiscono a un'azienda brasiliana attività che potevano praticare direttamente nei suoi paesi. Per questa ragione, sono state create aziende che prestano dei servizi, imprese immobiliari e anche holdings in Brasile, mentre i servizi potrebbero già essere compiuti, gli immobili gestiti e il gruppo aziendale amministrato a partire dalle altre giurisdizioni. Con la tassazione dei dividendi, queste strutture avranno bisogno di una rivista.

Con la creazione di aziende in Brasile, è possibile dedurre le spese nella base dell'imposta sul reddito che non sono autorizzati agli non residenti. Con la rimessa dei dividendi all'estero senza contribuzioni fiscali, il costo tributario dell'attività potrebbe essere minore di quando realizzata direttamente dall'estero.

L'argomento è sensibile rispetto alla valutazione del tasso di ritorno degli investimenti fatti in Brasile. Tutti gli investitori stranieri dovrebbero seguire questo dibattito e trattare con i suoi consiglieri tributari per confermare o modificare le strategie dell'investimento nel paese.



ARTHUR LARDOSA

arthur.lardosa@soutocorrea.com.br

POR UM MERCADO DE CARBONO NO BRASIL

O paradigma europeu e os principais debates brasileiros para estruturação inicial de um sistema de comércio de emissões

Alinhados a compromissos internacionalmente assumidos, muitos países desenvolveram mecanismos de comércio de emissões como estratégia de mitigação do aquecimento global. A literatura jurídico-econômica defende que a adoção deste instrumento tende a reorientar a tomada de decisão dos agentes privados em virtude dos incentivos econômicos garantidos em contrapartida à redução de emissões.

O já consolidado EU Emissions Trading System, certamente tem sido um paradigma global de como se estruturar a governança de um mercado de carbono regulado, bem como de enfrentamento dos desafios regulatórios a ele associados - em especial com relação às formas de alocação e ao mecanismo de estabilização de preço das permissões de emissão. No último ano, o debate sobre a constituição de um mercado regulado de emissões no Brasil esteve em evidência no Congresso Nacional, de modo que alguns temas vêm ocupando o centro do debate público pela relevância que possuem para a sua efetividade. São eles: os setores que se sujeitarão ao mecanismo de cap-and-trade; a metodologia de definição dos limites de emissão e suas respectivas metas de redução; além da possibilidade e eventual quantitativo de aproveitamento de offsets do mercado de carbono voluntário para cumprimento de metas de redução no mercado regulado.

A expectativa é a de que a agenda avance com alguma celeridade na atual gestão do Governo Federal, sobretudo diante da pressão internacional por medidas estruturadas voltadas à agenda climática.

PER UN MERCATO DEL CARBONIO IN BRASILE

Il paradigma europeo e i principali dibattiti brasiliani per la strutturazione iniziale di un sistema di commercio di emissioni

Allineati ai compromessi internazionalmente assunti, molti paesi hanno sviluppato meccanismi di commercio di emissioni come strategia di mitigazione del riscaldamento globale. La letteratura giuridico-economica difende che l'adozione di questo strumento tende a riorientare la decisione dei privati in virtù degli incentivi economici garantiti in cambio della riduzione delle emissioni.

Il già consolidato EU ETS, certamente è un paradigma globale su come strutturare la governance di un mercato del carbonio regolamentato, così come affrontare le relative sfide regolatorie - in particolare in relazione alle forme di allocazione e al meccanismo di stabilizzazione del prezzo delle autorizzazioni di emissione. Negli ultimi anni, il dibattito sulla costituzione di un mercato regolamentato di emissioni in Brasile è stato in evidenza nel Congresso Nazionale, in modo che alcuni temi abbiano occupato il centro del dibattito pubblico in ragione della loro importanza per la sua efficacia. Essi sono: i settori che saranno soggetti al meccanismo di cap-and-trade; la metodologia per la definizione dei limiti di emissione e dei relativi obiettivi di riduzione; oltre alla possibilità e all'eventuale quantitativo di sfruttamento di offsets del mercato volontario del carbonio per il rispetto degli obiettivi di riduzione nel mercato regolamentato.

L'aspettativa è che l'agenda avancerà con una certa rapidità nell'attuale gestione del Governo Federale, soprattutto sotto la pressione internazionale per misure strutturate rivolte all'agenda climatica.

ARTIGO

NOVA MODALIDADE DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Programa “Litígio Zero” prevê descontos na renegociação de dívidas e extinção de multas para contribuintes.

Recentemente, por meio da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 12/01/2023, a Receita Federal instituiu o Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PR-LF), viabilizando a renegociação de dívidas tributárias em discussão no âmbito das Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRJ) e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

O programa tem por escopo permitir, mediante concessões recíprocas, a resolução de conflitos fiscais, a manutenção da fonte pagadora, do emprego e da renda dos trabalhadores, e assegurar que a cobrança dos créditos tributários em contencioso administrativo tributário seja realizada de forma a ajustar a expectativa de recebimento à capacidade de geração de resultados dos contribuintes.

O programa prevê o parcelamento dos créditos tributários; a concessão de descontos aos créditos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação; a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a possibilidade de utilização de créditos líquidos e certos contra a União Federal, decorrentes de decisões transitadas em julgado, para quitação ou amortização do saldo devedor da transação.

A formalização do acordo de transação constitui o reconhecimento dos débitos pelo contribuinte, com extinção do litígio administrativo a que se refere, consolidando-se como positiva alternativa de resolução de conflitos para o restabelecimento financeiro de pessoas físicas ou jurídicas.



ROGÉRIO GASPARI COELHO
rcoelho@tesslaw.com.br



CAROLINA BANDEIRA MARTINS
cmartins@tesslaw.com.br

NUOVA MODALITÀ DI TRANSAZIONE FISCALE

Programma “Contenzioso Zero” prevede sconti sulla rinegoziazione debito e estinzione delle sanzioni per i contribuenti.

Recentemente, con l'Ordinanza Congiunta PGFN/RFB nº 1 - 12/01/23, l'Agenzia delle Entrate del Brasile ha creato il Programma di Riduzione del Contenzioso Fiscale, che consente la rinegoziazione di debiti fiscali in discussione nell'ambito della Polizie Tributaria dell'Agenzia delle Entrate della Polizia Giudiziaria e del Consiglio Amministrativo di Ricorsi Fiscali.

Scopo del programma è consentire, attraverso concessioni reciproche, la risoluzione di conflitti fiscali, il mantenimento della fonte di pagamento, dell'occupazione e del reddito dei lavoratori, e di assicurare che la riscossione di crediti fiscali nel contenzioso amministrativo tributario sia realizzata per adeguare l'aspettativa di incasso alla capacità dei contribuenti di generare risultati.

Il programma prevede rateizzazione di crediti fiscali; concessione di sconti sui crediti ritenuti irrecuperabili o di difficile recupero; uso dei crediti per perdite fiscali e della base calcolo negativa del Contributo Sociale sul Reddito Netto, e possibilità di usare crediti netti e certi nei confronti dell'Unione Federale, derivanti da decisioni passate in giudicato, per liquidazione o ammortamento del saldo a debito della transazione.

La formalizzazione dell'accordo di transazione è il riconoscimento dei debiti dal contribuente, con l'estinzione del contenzioso amministrativo cui si riferisce, consolidandosi come alternativa positiva di risoluzione del conflitto per il recupero economico delle persone fisiche o giuridiche.

CESSÃO DE VEÍCULO AO EMPREGADO

Ferramenta de trabalho ou remuneração indireta?

A Súmula 367, do TST, dispõe que a utilização privada do automóvel em finais de semana, férias e feriados, não transmuda a natureza jurídica da ferramenta para a execução do contrato de trabalho, constituindo instrumento de trabalho, à luz do disposto no inciso I, do § 2º, do artigo 458, da CLT.

Tal desoneração, todavia, não se concretiza, caso o veículo seja concedido como parte integrante do pacote remuneratório e pelo cargo ocupado pelo empregado, ocasião em que terá natureza salarial e incorporará a folha de pagamento para todos os fins.

O Regulamento do Imposto de Renda, inciso I, letra “a”, art. 369, determina que integra a remuneração do trabalhador, o “veículo utilizado no transporte de administradores, diretores, gerentes e seus assessores ou de terceiros em relação à pessoa jurídica;”

Em relação ao veículo utilizado para o desempenho estrito das funções dos empregados sem utilização privada, como é o caso de vendedores e propagandistas, ele é considerado um instrumento de trabalho, afastando a incidência fiscal e previdenciária, à semelhança da legislação trabalhista.

Na hipótese do uso misto do veículo, o posicionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), é que deve-se quantificar o tempo efetivamente gasto na utilização do veículo para fins particulares e, na impossibilidade de fazê-lo, pode a fonte pagadora adotar o critério da proporcionalidade, rateando os custos e encargos relacionados ao veículo em função dos dias úteis e não úteis do período de utilização, conforme determina o Parecer Normativo COSIT no 11/92.

Para que não haja tributação integral dos valores relativos ao veículo e às despesas correlatas, é preciso comprovar sua indispensabilidade para o trabalho, portanto, a sua natureza jurídica de instrumento de trabalho.



MARIA LÚCIA MENEZES GADOTTI
marialucia.gadotti@stussinvestsp.com.br



PATRÍCIA SALVIANO TEIXEIRA
patricia.salviano@stussinvestsp.com.br

CESSIONE DEL VEICOLO AL LAVORATORE

Strumento di lavoro o retribuzione indiretta?

La Summa 367, del Tribunale Superiore del Lavoro [TST], dispone che l'uso privato dell'automobile nei fine settimana, durante le ferie e nei giorni festivi, non cambia la natura giuridica della ferramenta per eseguire il contratto di lavoro, costituendo pertanto uno strumento di lavoro, alla luce di quanto disposto dal punto I, del § 2º, dell'articolo 458, del Testo Unico di Diritto del Lavoro [CLT].

Questa esenzione, tuttavia, non si concretizza nel caso in cui il veicolo sia concesso come parte integrante del pacchetto retributivo e per il ruolo svolto dal lavoratore, situazione in cui avrà natura salariale e entrerà nella busta paga per tutti i fini.

Il Regolamento della Dichiarazione dei Redditi, al punto I, lettera “a”, art. 369, determina che entra a far parte della retribuzione del lavoratore il “veicolo utilizzato per il trasporto di amministratori, direttori, coordinatori ed dei loro assistenti o di terzi in relazione alla persona giuridica;”

Nei casi in cui il veicolo sia utilizzato per svolgere strettamente le funzioni lavorative senza l'uso privato, come nel caso di venditori e rappresentanti, questo è considerato uno strumento del lavoro, e pertanto allontana l'incidenza fiscale e previdenziale, come vuole la legislazione del lavoro.

Nell'ipotesi dell'uso misto del veicolo, la posizione del Consiglio Amministrativo delle Riforme Fiscali (CARF), è che deve essere quantificato effettivamente il tempo spese nell'uso del veicolo per i fini privati e nell'impossibilità di farlo, il datore di lavoro potrà adottare il criterio della proporzionalità, dividendo le spese ed i versamenti in relazione al veicolo in funzione dei giorni lavorativi e non del periodo di utilizzo, come determina il Parere Normativo n. 11/92 del Coordinamento Generale di Tassazione [COSIT].

Perché non vi sia tassazione integrale dei valori relativi al veicolo ed alle spese correlate, è necessario comprovare l'indispensabilità per il lavoro, pertanto, la sua natura giuridica di strumento di lavoro.

A NOVA REGULAMENTAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA



MARTHA GALLARDO SALA BAGNOLI

marthasala@caselliguimaraes.com.br

No dia 27.12.2022, foi publicada a Instrução normativa 88 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração do Ministério da Economia (“DREI”) promovendo diversas alterações nas regras de Registro Público de Empresas (“IN 88”).

A IN 88 atualiza e/ou complementa as normas existentes ao dispor sobre: (i) cessão de quotas (sem necessidade de arquivamento do ato alterador); (ii) os procedimentos integralização de capital social com quotas ou ações de outras sociedades (incluindo a utilização total ou parcial); (iii) retirada de sócios; (iv) designação, destituição e renúncia de administradores; (v) publicações de companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$ 78.000.000,00; (vi) conversão de sociedade simples ou associação em sociedade empresária; (vii) pró-labore de administradores, reconhecendo que não há obrigação legal de pagamento de pró-labore aos administradores de sociedade limitada, sendo eles sócios ou não e que é lícito que o sócio que também seja administrador participe dos lucros da sociedade, inclusive na forma de dividendos, sem que receba pró-labore; (viii) as deliberações sociais e publicações para microempresas e empresas de pequeno porte, com a faculdade da convocação de sócios e da assinatura do sócio ou sócios minoritários para o arquivamento do ato; (ix) distribuição desproporcional de lucros; e (x) contribuição ao capital social com prestação de serviços (indicando ser lícito que o sócio preste serviço à sociedade, em caráter oneroso ou não, mesmo que não seja administrador).

A normativa ainda prevê que não cabe ao DREI analisar controvérsias quanto a nomes empresariais, identidade de atividades econômicas e concorrência desleal e criação de novos tipos de certidões que poderão ser emitidas pelas Juntas Comerciais: (i) a Certidão Específica da Linha do Tempo do Quadro de Sócios e Administradores – QSA; e (ii) a Certidão Específica de Ônus.

IL NUOVO REGOLAMENTO DELLA SOCIETÀ A RESPONSABILITÀ LIMITATA

Il 27 dicembre 2022 è stato pubblicato il Regolamento normativo 88 del Dipartimento nazionale per la registrazione e l'integrazione delle imprese del Ministero dell'Economia (“DREI”), che apporta diverse modifiche alle norme sulla registrazione delle società pubbliche (“IN 88”).

L'IN 88 aggiorna e/o integra le norme esistenti prevedendo: (i) l'assegnazione di quote (senza la necessità di depositare l'atto di modifica); (ii) le procedure per il versamento del capitale sociale con quote o azioni di altre società (compreso l'utilizzo totale o parziale); (iii) il recesso dei soci; (iv) la nomina, il licenziamento e le dimissioni dei dirigenti; (v) la pubblicazione delle società chiuse con entrate lorde annuali fino a 78.000 reais. 000,00; (vi) la trasformazione di una società semplice o di un'associazione in una società commerciale; (vii) le commissioni di gestione, riconoscendo che non esiste alcun obbligo legale di pagamento delle commissioni ai dirigenti della società a responsabilità limitata, siano essi soci o meno, e che è lecito per il socio che è anche dirigente partecipare agli utili della società, anche sotto forma di dividendi, senza ricevere commissioni; (viii) le delibere e le pubblicazioni societarie per le micro e piccole imprese, con la facoltà di convocare i soci e la firma del socio o dei soci di minoranza per il deposito dell'atto; (ix) distribuzione sproporzionata degli utili; e (x) conferimento del capitale sociale con prestazione di servizi (indicando che è lecito per il socio prestare servizi alla società, retribuiti o meno, anche se non è un dirigente).

Le nuove norme stabiliscono inoltre che non è compito della DREI analizzare le controversie relative alle denominazioni sociali, all'identità delle attività economiche e alla concorrenza sleale, e creano nuovi tipi di certificati che possono essere rilasciati dai Consigli di Commercio: (i) il Certificato di Timeline per soci e amministratori specifici - QSA; e (ii) il Certificato di responsabilità specifica.

SUSTENTABILIDADE: O BRASIL NO MUNDO

O Brasil tem imensa área verde e capacidade para desenvolver um papel importante para evitar mudanças climáticas

O mundo está cada vez mais ávido por ações de combate as mudanças climáticas. Aumenta a pressão para corte do consumo de combustíveis fósseis. O tempo está passando e muita coisa ainda precisa ser definida, aperfeiçoada e implementada para esse objetivo.

Diversos fatores atrasaram a adoção de medidas prometidas pelos países. A guerra na Ucrânia reduziu fornecimento do gás natural russo e fez com que os países europeus retomassem o uso de carvão mineral.

2023 traz novos direcionamentos e a possibilidade de o Brasil assumir um papel de liderança na preservação ambiental e sustentabilidade. São mais de 500 milhões de hectares na Amazônia Legal, que poderá ser beneficiada com novos recursos prometidos por países desenvolvidos para o fundo Amazônia, visando sua preservação e desenvolvimento social.

Essa imensidão verde também representa uma oportunidade de investimento para o setor privado originar créditos de carbono e títulos de preservação, como a CPR Verde. A demanda por esses créditos e títulos cresceu substancialmente como forma de as empresas atingirem suas metas de descarbonização e atendimento a mercados e regulações mais rígidas.

A participação dos ministros da economia e do meio ambiente em Davos confirma a perspectiva de que este governo dará ênfase às questões ambientais e sociais, abrindo diversas perspectivas para o investimento estrangeiro que alie a busca do lucro com a proteção ao meio ambiente.



UBAJARA ARCAS DIAS
udias@tesslaw.com.br

SOSTENIBILITÀ: IL BRASILE NEL MONDO

Il Brasile ha un'enorme area verde e la capacità di svolgere un ruolo importante per evitare il cambiamento climatico

Il mondo è sempre più desideroso di azioni per combattere il cambiamento climatico. C'è una crescente pressione per ridurre il consumo di combustibili fossili. Il tempo passa e molto deve ancora essere definito, perfezionato e implementato a questo scopo.

Diversi fattori hanno ritardato l'adozione delle misure promesse dai Paesi. La guerra in Ucraina ha ridotto la fornitura di gas naturale russo e ha indotto i Paesi europei a riprendere l'uso del carbone minerale.

Il 2023 porta nuove direzioni e la possibilità per il Brasile di assumere un ruolo di leadership nella conservazione ambientale e sostenibilità. Ci sono più di 500 milioni di ettari nell'Amazzonia Legale, che possono beneficiare di nuove risorse promesse dai Paesi sviluppati per il fondo Amazzonia, mirando alla sua conservazione e allo sviluppo sociale.

Questa immensità verde rappresenta anche un'opportunità di investimento per il settore privato di originare crediti di carbonio e titoli di conservazione, come il Certificato di Prodotto Rurale Verde. La domanda di questi crediti e titoli è cresciuta sostanzialmente come un modo per le aziende di raggiungere i loro obiettivi di decarbonizzazione e soddisfare mercati e normative più severi.

La partecipazione dei ministri dell'economia e dell'ambiente a Davos conferma la prospettiva che questo governo enfatizzerà le questioni ambientali e sociali, aprendo diverse prospettive per gli investimenti esteri che coniugano la ricerca del profitto con la protezione dell'ambiente.